



Manoel Moreira teve suprimida parte do relatório que o acusava

Senado e Câmara vão apurar caso Moreira

A sindicância que vai apurar as alterações de última hora no relatório final da CPI do Orçamento na parte relativa ao deputado querista Manoel Moreira (PMDB-SP) será desmembrada em duas, uma na Câmara, outra no Senado. De acordo com o presidente do Senado e do Congresso, Humberto Lucena (PMDB-PB), a divisão tornou-se necessária por haver suspeitas sobre unidades do Senado e da Câmara. Além do mais, o deputado Manoel Moreira responde por qualquer ato perante a Câmara.

A culpa pelo desaparecimento de cinco páginas no relatório final da CPI sobre o caso do Deputado Manoel Moreira (PMDB-SP) foi do assessor legislativo da Câmara, Marcos Magno Nardon, que trabalhou junto com o relator Roberto Magalhães. Esta foi a constatação preliminar do senador Jarbas Passarinho (PPR-PA), após reunião com o assessor no Prodasen. Nardon assumiu a culpa pela retirada das páginas, alegando que utilizou o disquete errado ao passar as informações para o relatório. Passarinho fez pessoalmente as primeiras investigações sobre as alterações no relatório, sem esperar pela comissão de sindicância criada pelo presidente do Congresso, Humberto Lucena.

A investigação vai apurar também as modificações feitas no relatório final da CPI do Orçamento em

outras áreas, como as que deram duas punições ao deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA) — perda do mandato e a continuidade das investigações — e a que incriminou o deputado Jesus Tajra (PFL-PI), inocentado pelo relator Roberto Magalhães (PFL-PE) no documento original. A medida foi solicitada pelo presidente da CPI, senador Jarbas Passarinho (PPR-PA).

A diretora-executiva do Serviço de Processamento de Dados do Senado (Prodasen), Regina Célia Peres Borges, divulgou nota ontem louvando a iniciativa da instalação da sindicância. Disse que é importante que possíveis modificações sejam detectadas e seus autores responsabilizados, de modo a não pairar nenhuma dúvida sobre o trabalho da CPI.

Regina disse que o Prodasen participou das atividades da CPI garantindo para as subcomissões não apenas suporte de informática, mas também o espaço físico, equipamentos e apoio logístico. Quanto ao relatório final, explicou que o prodasen não teve acesso direto a esta fase dos trabalhos. O relator, afirmou, foi apoiado por assessores da Câmara e do Senado.

Os textos, garante a diretora-executiva, chegaram ao setor prontos, em disquetes, e foram impressos em um trabalho conjunto entre os assessores do relator e técnicos do Prodasen.